

Central Fotovoltaica Juazeiro VI SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, a Empresa operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados na Nota Explicativa nº 1.1.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (b)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (R\$)	(-) <i>Curtailment</i> (R\$) (c)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (R\$)
2025	112.056	81.162	30.894	27,57%	17.426	(5.205)	22.738

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 18,49%, superior ao percentual de corte energético (22,96%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, conforme definido na nota explicativa nº 4.a, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

A Empresa entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Dessa forma, no julgamento da Empresa, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Empresa terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Empresa, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Empresa adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	115	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Empresa, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Juazeiro, 24 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

Juazeiro - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda. (Empresa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

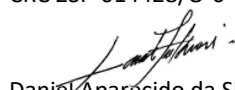
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.418	870	Fornecedores	11	53	576
Contas a receber	8	32.179	25.245	Obrigações fiscais		114	92
Imposto de renda e contribuição social		2	2	Imposto de renda e contribuição social	18	231	60
Impostos a recuperar		25	14	Dividendos a pagar	19	3.968	689
Despesas antecipadas		114	-	Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	-	64
Total do ativo circulante		33.738	26.131	Outras contas a pagar	11	750	79
				Total do passivo circulante		5.116	1.560
Imobilizado	10	149.952	154.614	Mútuos financeiros com partes relacionadas	19	145	-
Total do ativo não circulante		149.952	154.614	Provisão para desmobilização	12	3.779	3.395
				Total do passivo não circulante		3.924	3.395
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		170.300	170.300
				Lucros acumulados		4.350	5.490
				Total do patrimônio líquido		174.650	175.790
Total do ativo		183.690	180.745	Total do passivo e patrimônio líquido		183.690	180.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	16.790	15.366
Custos de operação	15	(11.277)	(8.401)
Lucro bruto		5.513	6.182
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(205)	(213)
Outras receitas líquidas		(8)	29
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.300	5.998
Receitas financeiras	16	54	29
Despesas financeiras	16	(475)	(837)
Resultado financeiro líquido		(421)	(25)
Resultado antes dos impostos		4.879	5.973
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(529)	(483)
Lucro do exercício		4.350	5.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício	<u>4.350</u>	<u>5.490</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>4.350</u>	<u>5.490</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		170.300	4.376	174.676
Distribuição de lucros	13 b	-	(4.376)	(4.376)
Lucro líquido do exercício		-	5.490	5.490
Saldos em 31 de dezembro de 2024		170.300	5.490	175.790
Distribuição de lucros	13 b	-	(5.490)	(5.490)
Lucro líquido do exercício		-	4.350	4.350
Saldos em 31 de dezembro de 2025		170.300	4.350	174.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>4.879</u>	<u>5.973</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	10	5.030	6.608
Baixa de ativo imobilizado	10	-	4
Amortização do custo da obrigação de desmobilização	11	113	-
Juros sobre mútuos obtidos	19	12	-
Correção monetária da provisão para desmobilização	13	384	783
Atualização da provisão para desmobilização	13	-	(4.621)
		<u>10.418</u>	<u>8.747</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.934)	(3.556)
Impostos a recuperar		(11)	12
Adiantamento a fornecedores		(114)	-
Despesas antecipadas		-	516
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(523)	444
Obrigações fiscais		22	(23)
Outras contas a pagar		674	39
		<u>3.532</u>	<u>6.179</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
		<u>(358)</u>	<u>(565)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		<u>3.174</u>	<u>5.614</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	10	<u>(481)</u>	<u>(178)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(481)</u>	<u>(178)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de mútuos - partes relacionadas	9	130	-
Custos de captação de mútuo - partes relacionadas	9	(3)	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	9	(64)	64
Pagamento de dividendos		(2.208)	(5.150)
		<u>(2.145)</u>	<u>(5.086)</u>
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento			
		<u>548</u>	<u>350</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	870	520
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>1.418</u>	<u>870</u>
		<u>548</u>	<u>350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda. (“Empresa”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade propósito específico de capital limitado com sede na Fazenda Dourado II, S/N, Parte A, na altura do KM 6,7 da BR 407, na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

A Empresa foi constituída em 3 de setembro de 2019, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV Juazeiro V, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o UFV.RS.BA.043285-7.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 47,3 MWh por 14 anos, que compreende ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2035.

Em dezembro de 2021, a Empresa encerrou a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2035.

Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

2.1 Curtailment

A Empresa está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Empresa; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Empresa estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Empresa entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Empresa determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº 12:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 219:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;

- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa finalizou a construção do ativo imobilizado e iniciou a depreciação em agosto de 2024.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

c) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Empresa. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Empresa a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Empresa e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Empresa e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Empresa e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Empresa está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), a Empresa conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	234	106
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	<u>1.184</u>	<u>764</u>
Total	<u>1.418</u>	<u>870</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI. O rendimento médio acumulado em 2025 foi de 90% do CDI (92% do CDI em 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	-	172
Contas a receber de clientes – I-REC (b)	61	86
Contas a receber de partes relacionadas (c)	32.003	24.987
<i>Constrained-off</i> (d)	115	-
Total	32.179	25.245

- (a) Referem-se aos saldos provenientes da operação teste em da planta no momento da energização inicial da mesma no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Refere-se a saldos provenientes de vendas de energia renovável certificadas (*Renewable Energy Certificate*).
- (c) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia para a controladora da Empresa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, cuja liquidação ocorre mensalmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresenta saldo decorrente de pleitos de constrained-off no montante de R\$ 115, conforme nota explicativa nº 14.2. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de provisão expectativa de crédito de liquidação duvidosa, dado que sua receita advém quase que exclusivamente para com sua controladora Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

9 Mútuos financeiros com partes relacionadas

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2024	Adições (a)	Pagamentos (-)	IOF sobre o mútuo	Juros	Saldo em 31/12/2025
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	60	70	(60)	1	6	77
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	4	60	(4)	2	6	68
		64	130	(64)	3	12	145

Os juros anuais são de 12% a.a. com vencimento previsto para 15 de setembro de 2036.

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.
Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Mutuante	Mutuário	Saldo em 31/12/2023	Adições (a)	Pagamentos (-)	IOF sobre o mútuo	Juros	Saldo em 31/12/2024
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	-	60	-	-	-	60
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	-	4	-	-	-	4
		-	64	-	-	-	64

Os juros anuais são de 12% a.a. com vencimento previsto para 15 de setembro de 2036.

10 Imobilizado

Custo de aquisição:	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2025</u>
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	165.717	178	(4)	165.891	481	166.372
Desmobilização de ativos (a)	<u>9.064</u>	<u>-</u>	<u>(5.669)</u>	<u>3.395</u>	<u>-</u>	<u>3.395</u>
Total do imobilizado	<u>174.781</u>	<u>178</u>	<u>(5.673)</u>	<u>169.286</u>	<u>481</u>	<u>169.767</u>
Depreciação acumulada:						
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	(8.833)	(5.839)	-	(14.672)	(5.030)	(19.702)
Desmobilização de ativos (a)	<u>(1.485)</u>	<u>(769)</u>	<u>2.254</u>	<u>-</u>	<u>(113)</u>	<u>(113)</u>
Total da depreciação acumulada	<u>(10.318)</u>	<u>(6.608)</u>	<u>2.254</u>	<u>(14.672)</u>	<u>(5.143)</u>	<u>(19.815)</u>
Total do imobilizado	<u>164.463</u>	<u>(6.430)</u>	<u>(3.419)</u>	<u>154.614</u>	<u>(4.662)</u>	<u>149.952</u>

- a) A Empresa realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos em 2024. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2021, a Empresa concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2022 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritos na nota explicativa nº 5.e

A Empresa avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências internas ou externas que requeressem que a Administração realizasse o teste relativo à perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contratação de serviços e materiais (a)	-	447
Compra de energia (d)	48	129
Fornecedor partes relacionadas (c)	<u>5</u>	<u>-</u>
Total de fornecedores	53	576
Outras provisões (b)	<u>750</u>	<u>79</u>
Total de outras contas a pagar	750	79
Total de fornecedores e outras contas a pagar	803	655

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de manutenção e operação da Usina Fotovoltaica.
- (b) Refere-se basicamente a serviços a faturar de operação e manutenção da planta de R\$ 53.
- (c) Refere-se a contas a pagar de serviços e materiais entre partes relacionadas.
- (d) Compra de energia da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

12 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2021, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$9.064. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%.

Em dezembro de 2024, a Empresa realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 3.395. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.282, conforme nota explicativa nº 10.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	3.395	10.645
Correção monetária	384	783
Atualização da provisão para desmobilização (i)	-	(8.033)
Saldo final	3.779	3.395

- (i) A Empresa realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo. Em 31 de dezembro de 2025 a empresa procedeu com o reconhecimento líquido de atualização de desmobilização no valor de R\$ 384, reconhecido no resultado (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2024).

13 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 170.300, representado por 170.300 mil quotas, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado pela sócia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. detentora de 100% das quotas, corresponde à R\$ 170.300.

b) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2025 a Empresa procedeu com distribuição de lucros de R\$ 5.490 (R\$ 4.376 em 31 de dezembro de 2024).

14 Receita operacional líquida

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) (a)	17.292	15.851
Receita de venda com certificação	19	96
Constrained-off	115	-
	17.426	15.947
Impostos sobre venda	(636)	(580)
Total da receita operacional líquida	16.790	15.366

- (a) Das receitas da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 17.292 (R\$ 15.657 em 2024) contempla receitas com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

Durante o exercício de 2025, a Empresa gerou 81.162 MWh (104.340 MWh em 31 de dezembro de 2024).

15 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos de operação		
Depreciação	(5.143)	(6.608)
Reversão da provisão e amortização da desmobilização (d)	-	4.621
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(3.752)	(4.215)
Compra de energia para revenda	(12)	(127)
Serviços técnicos	(56)	-
Custos compartilhados - partes relacionadas (a)	(187)	(185)
Compromissos ambientais e sociais	(417)	(164)
Custos de locação de terras (c)	(198)	(248)
Seguros	(450)	(569)
Operação e manutenção	(1.032)	(692)
Custo de aporte em garantia	(30)	(214)
Total	<u>(11.277)</u>	<u>(8.401)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(84)	(78)
Assessoria e advogados	(140)	(62)
Serviços técnicos	(42)	-
Despesas com viagens	33	(60)
Impostos e taxas	28	(13)
Total	<u>205</u>	<u>(213)</u>

- a) Ao longo de 2025 e 2024 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 18.
- b) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- d) Decorrente do estudo de revisão da provisão para desmobilização, foi reconhecido reversão dos saldos de provisão (nota explicativa 12), assim como reversão das amortizações reconhecidas (nota explicativa 10).

16 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	39	19
Variação cambial ativa	15	10
	<u>54</u>	<u>29</u>
Despesa financeira		
Despesas bancárias e carta fiança	(57)	(23)
Juros outras contas a pagar	(7)	-
Despesa de juros - partes relacionadas	(12)	-
Variação cambial passiva	(15)	(31)
	<u>(475)</u>	<u>(837)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(421)</u>	<u>(25)</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 231 (R\$60 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta	17.426	15.947
Presunção do imposto de renda – 8% (a)	1.394	1.276
Presunção da contribuição social – 12% (b)	2.091	1.914
Demais receitas – (c)	22	19
	<u>1.416</u>	<u>1.295</u>
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	1.416	1.295
Imposto de renda a alíquota de 15%	(212)	(194)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(127)	(115)
	<u>(339)</u>	<u>(309)</u>
Total IRPJ	<u>(339)</u>	<u>(309)</u>
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	2.113	1.933
Contribuição social a alíquota de 9%	(190)	(174)
	<u>(529)</u>	<u>(483)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(529)</u>	<u>(483)</u>
Alíquota efetiva (*)	<u>3%</u>	<u>3%</u>

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

18 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Empresa é a Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A e o controlador final é o GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber (a)</u>		<u>Contas a pagar (b)</u>		<u>Receitas/(despesas) (b)</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	32.003	24.987	4.046	-	17.292	15.657
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	-	-	67	-	-	-
Atlas do Brasil Comercializadora de Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	(185)
	32.003	24.987	4.113	-	17.292	15.472

- a) Conforme nota explicativa nº 8.
b) Conforme nota explicativa nº 11.
c) Conforme nota explicativa nº 14.1 e 15.

	<u>Mútuos financeiros com partes relacionadas</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<i>(iii) Mútuos financeiros</i>		
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	77	60
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	68	4
Total	145	64

	Dividendos a Pagar	
	2025	2024
<i>(iv) Dividendos</i>		
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	3.968	689
Total	3.968	689

(*) Ao longo de 2025 e 2024 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2025 - Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.184	234	764	106
Contas a receber	8	-	32.179	-	25.245
Total		1.184	32.413	764	25.351
Passivos					
Fornecedores	11	-	198	-	576
Outras contas a pagar	11	-	750	-	79
Mútuos financeiros com partes relacionadas	18	-	145	-	64
Dividendos a pagar	18	-	3.968	-	689
Total		-	5.061	-	1.408

	Nível hierárquico do valor justo	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.418	1.418	870	870
Contas a receber	Nível 2	32.179	32.179	25.245	25.245
Total		33.597	33.597	26.115	26.115
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	198	198	576	576
Outras contas a pagar	Nível 2	750	750	79	79
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	145	145	64	64
Dividendos a pagar	Nível 2	3.968	3.968	689	689
Total		5.061	5.061	1.408	1.408

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.418	870
Contas a receber	32.179	25.245
Total	33.597	26.116

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outra contas a pagar	948	948	803	-	-	-
Dividendos a pagar	3.968	3.968	3.968	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	145	174	17	52	87	17
Total	5.061	5.090	4.788	52	87	17

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outra contas a pagar	655	655	655	-	-	-
Dividendos a pagar	689	689	689	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	64	64	64	-	-	-
Total	1.344	1.344	1.344	-	-	-

iii. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos e passivos financeiros que possam ter riscos atribuídos a juros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7- Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,37%

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	1.184	145	181	218	109	73

(a) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.*

20 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Empresa em 31 de dezembro de 2025, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A Empresa possui uma arbitragem com probabilidade de perda possível, onde se discute um valor em disputa de aproximadamente R\$ 8.933 (R\$ 0 em 31 de dezembro e 2024).

A Empresa figura como autuada em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor de R\$ 254 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável, conforme avaliação de seus assessores jurídicos.

21 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
TUST/TUSD (a)	4.145	4.329	4.496	4.650	199.461	217.081
Seguros e garantias (b)	301	227	236	244	8.803	9.811
Compra de Energia (c)	291	248	360	474	2.560	3.933
Contratos de (O&M) (d)	1.132	1.016	1.055	1.091	40.534	44.828
Arrendamento (e)	294	306	296	308	13.859	15.063
Outros (f)	1.155	983	845	1.010	34.388	38.381
Total	7.318	7.109	7.288	7.777	299.605	329.097

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/ajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de energia

A Empresa possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

f) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester

Diretor

CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi

Contador

CRC: 1SP206243/O-5

CPF: 008.175.478-78

* * *